

Discurso do Senador Pedro Piva¹

Pedro Piva²

Ao dar por aberta esta sessão inaugural do novo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE quero dizer da minha satisfação e honra por fazê-lo.

Quero também lembrá-los da feliz coincidência que marca esta posse. Quando em maio de 1996 fui procurado em meu Gabinete pelo Presidente Gesner Oliveira, em companhia dos demais membros do Conselho do CADE, para conversarmos sobre a sabatina a que seriam submetidos na Comissão de Assuntos Econômicos, quando então exercia a Vice-Presidência, abracei com entusiasmo a causa da aprovação dos nomes dos Senhores Conselheiros, quer pela consistência e riqueza de seus currículos, como também pelo caráter, habilidade, capacidade de trabalho e ética no cumprimento de suas funções.

Acertei inteiramente no meu julgamento. Hoje, passados dois anos de suas investidas, os nomes dos membros do Conselho foram apreciados novamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, da qual sou o Presidente, para novo período de trabalho. Tenho a certeza, pela experiência acumulada neste primeiro mandato, que esta gestão será ainda mais profícua.

Os Senhores ouviram ontem as palavras do Presidente Gesner Oliveira e da Conselheira Lucia Helena Salgado a respeito do que fizeram e do que esperam fazer nesta segunda nova gestão.

No discurso do Senhor Presidente nos deparamos com números significativos deste trabalho. Resultados extraordinários, cumprimento de metas, aumento percentual impressionante de processos julgados, redução do tempo médio de julgamento, programa de treinamento, debates sobre temas de relevo para a defesa da economia, entre outros. O programa traçado por este novo Conselho para a gestão ano 1998/2000 é igualmente ambicioso e dará uma di-

(1) Discurso proferido na primeira Sessão do novo Colegiado do CADE em 3 de junho de 1998.

(2) Senador Pedro Piva é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal — CAE.

menção ainda maior a este importante órgão governamental. Tenho a certeza que as Senhoras e Senhores Conselheiros o cumprirão, e espero, ao longo deste novo período, estar colaborando de forma efetiva no Senado Federal para o sucesso deste trabalho que tanto dignifica a nação e os seus cidadãos.

Em seu discurso pronunciado ontem, durante a cerimônia de posse, a Conselheira Lucia Helena Salgado nos apresenta três funções que caberiam ao CADE: a função educativa, preventiva e repressiva do poder econômico. Parabéns, Senhora Conselheira, pelos conceitos enunciados em seu discurso. Os dois oradores da sessão fizeram também menção à segurança jurídica no julgamento dos processos. Como advogado quero cumprimentá-los por esta preocupação. Em sua trajetória, o CADE nunca deixou de cumprir sua função de defender incondicionalmente valores, posturas e ações que privilegiam, de um lado, a liberdade econômica, e de outro a legítima concorrência de mercado. No entanto, como bem sabemos, nem sempre foi assim. É preciso recordar que o capitalismo de mercado recuperou, em grande medida, fôlego e atualidade graças a sua incomensurável capacidade de renovação e de auto-superação. Para desespero de seus mais ardentes inimigos, de suas crises o capitalismo e a instituição de seus mercados retiram o melhor de si para a preservação de seu sistema.

E mais, para além da história, o capitalismo se consolida progressivamente como sistema bem preparado para, democraticamente, gerir e gerar as riquezas nacionais e transnacionais. Não seria para menos, pois, diante do colapso dos modelos centralizados de economia ao final dos anos oitenta, a hegemonia da lógica do mercado e das trocas capitalistas se estabeleceu como forma incontestável de economia política e de produção em nossa complexa modernidade. Afinal, a globalização nada mais é do que a ideologia que sustenta hoje a supremacia da abertura de mercados em escala jamais experimentada pelo Ocidente.

Em que pesem os riscos de um processo que, velozmente, exige drásticas transformações nas estruturas produtivas locais, a globalização traduz-se como uma ideologia da economia prática, que atravessa Estados e nações a promover o mercado como entidade reguladora de preços, produção e consumo. Com um Estado racionalmente enxuto e ágil, as economias emergentes, pouco a pouco, enquadram-se na nova ordem internacional, abrindo suas portas à saudável concorrência externa. A disputa de mercado deixou de ser marca ideológica para conquistar, em seu devido tempo, dogma da ética comercial.

Na realidade, bons tempos são estes que recuperam em nossa memória as sábias lições de Adam Smith sobre a necessária função reguladora do mercado em nossas sociedades. Necessária, sim, mas não suficiente. E é aqui que o

Estado e seus agentes representantes devem exercer direito de intervenção, pois nem sempre o mercado pode, isoladamente, deter a formação de cartéis, oligopólios e monopólios. A existência do CADE se explica, portanto, como eficaz mecanismo de controle sobre os abusos e as distorções da ordem econômica nacional.

Paralelamente, a tecnologia de ponta exerceu, e ainda exerce, papel fundamental no contexto de uma economia globalizada, onde os avanços da ciência aplicada significam maior integração dos mercados de bens e de capital, quer mediante investimentos em transportes, quer mediante investimentos na informática. O Brasil não poderia furtar-se a participar desse novo paradigma do capitalismo contemporâneo. Em grande medida, os anos 90 simbolizam o ingresso do país em novo ciclo de modernização, cujos princípios reabsorvem a iniciativa privada e a incorporação tecnológica como locomotivas do nosso destino nacional.

Para tanto, o Executivo e o Legislativo têm, a contento, compreendido o tamanho das mudanças exigidas, que se reflete no ágil andamento que as reformas constitucionais adquiriram nos últimos tempos. Por mais crítico que sejamos, não nos devemos esquecer de que as privatizações e o programa de desestatização do Presidente Fernando Henrique Cardoso vêm cumprindo rigorosamente seu calendário de planos e execuções. Como resultado, os investidores internacionais retomaram a confiança em nossa economia diante das acertadas medidas adotadas pelo país.

Embora as contas nacionais e as intempéries das bolsas asiáticas – e agora também a russa – ainda constituam grave empecilho para a implementação de uma política monetária mais adequada ao desenvolvimento da indústria brasileira, o Governo se esforça em articular uma política monetária, fiscal e tributária que atenda às reivindicações básicas do empresariado e do trabalhador brasileiro.

Por outro lado, há uma reconhecida unanimidade entre os agentes econômicos, segundo a qual a estabilidade do real não garante em si a passagem do país para uma próxima fase de nosso desenvolvimento. O Governo está ciente das dificuldades e já deu sinais de que só uma retomada do crescimento econômico e uma política que defenda certos setores de nossa produção fará do Brasil um país justo e com menos desníveis sociais.

Assim, apesar de todos os percalços, a conjuntura atual aponta para horizontes mais claros no curto prazo, já que nossos analistas prevêm para o segundo semestre não somente melhor desempenho de nossa economia, mas também queda sensível nos índices de desemprego.

Senhoras e Senhores Conselheiros, Senhoras e Senhores Presentes,

E o CADE? Cabe ao CADE, entre outros, zelar pela defesa da concorrência no Brasil, o que, em moeda corrente, carrega um sentido de zelar pelo princípio do menor preço e da melhor qualidade dos produtos à disposição de nossos consumidores. Criado desde 1962, o CADE encontrou sua verdadeira maturidade somente 32 anos depois, em 1994, quando a Lei nº 8.884 definiu a função máxima de vigiar nossos mercados contra os perversos assaltos dos cartéis, dos oligopólios e dos monopólios.

Francamente a favor de um controle de regras econômicas que proteja o consumidor de virtuais manipulações de preços, o CADE se comporta como autêntico defensor da economia popular.

Com o advento da globalização e da sua acelerada proposta de abertura de mercados, coube ao CADE desempenhar papel mais agressivo, pois o perigo de o país vir a abrigar eventuais condutas anticoncorrenciais por parte dos agentes econômicos se tornou algo muito mais iminente.

Nessas condições, além de exercer a competência repressiva, o CADE se investiu de uma nova função, a saber, a função preventiva, que visa muito mais difundir junto ao mercado o valor da cultura da concorrência. Dotado dessa nova atribuição, o órgão se ajusta com dinamismo e seriedade aos modelos similares espalhados mundo afora para proporcionar ao cidadão brasileiro uma garantia mais concreta contra os abusos de preços cometidos por determinados agentes da economia.

Se no aspecto da quantidade de trabalho interno o CADE nos surpreende com estatísticas exponenciais, o que dizer da qualidade? Ora, se nos atemos apenas à análise de sua competente parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no programa de desestatização do Governo, é forçoso admitir que sua contribuição tem facilitado em muito as ações e decisões de nossas autoridades, bem como tem elevado a segurança jurídica para o investidor.

É por este motivo que a agenda 98 privilegia maior intensificação de trabalho entre o CADE e as agências regulatórias do Estado. Importa ao CADE participar do processo de regulação do setor de telecomunicações, bem como dos setores elétrico, ferroviário e portuário do país. Na realidade, o órgão já se prepara para enfrentar o desafio de cooperar com as novas agências regulatórias setoriais, proporcionando maior eficiência desses mesmos setores em nossa economia. Ademais, com a competência comprovada junto ao BNDES, o CADE não se acomoda e parte para convênios de cooperação com outros ór-

gãos essenciais do Executivo, tais como o Banco Central e o Ministério do Trabalho. Lá tem executado trabalhos de inquestionável seriedade e eficiência.

Mais do que isso, o CADE tem implementado projeto audacioso de ampliar contato com o exterior mediante a globalização da defesa da concorrência. Por conta disso, e com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, realizaram-se em 97 dezenas de seminários, conferências e programas de intercâmbio destinados a aprofundar suas relações com o resto do mundo. Sob esse prisma, pode-se afirmar, com tranqüilidade, que o CADE encontra-se hoje plenamente integrado à rede internacional de agências de defesa da concorrência.

Senhoras e Senhores Conselheiros,

Consciente de que seu lugar na estrutura organizacional do Estado brasileiro se assegura pelo exemplar desempenho que tem exercido no passado e no presente, o CADE olha para o futuro com a expectativa de que há muito por fazer e não se assusta com os desafios, nem com os imponderáveis a surgir. Muito pelo contrário, ao empossar a nova diretoria, o CADE reitera seu compromisso com o projeto de um Brasil plenamente integrado à economia internacional de mercado, totalmente protegido contra os eventuais abusos e distorções do sistema. É dessa certeza, dessa competência que o Brasil precisa e deste amor ao trabalho realizado.

Muito obrigado!

Sucesso!